

As importações alto-imperiais de Monte Molião (Lagos, Portugal) através de contextos domésticos seleccionados

High-Imperial imports from Monte Molião (Lagos, Portugal) through selected domestic contexts

CARLOS PEREIRA

UNIARQ, Universidade de Lisboa/FCT (carlos_samuel_pereira@hotmail.com)

ELISA SOUSA

UNIARQ, Universidade de Lisboa (e.sousa@campus.fl.ul.pt)

ÍRIS DIAS

UNIARQ, Universidade de Lisboa (iris.fcdias@gmail.com)

FREDERICO AGOSTO

Universidade de Lisboa (fosagosto@gmail.com)

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ, Universidade de Lisboa (ana2@campus.ul.pt)

Resumo: Até há pouco tempo, a ocupação da primeira metade do século I em Monte Molião era muito mal conhecida. Com efeito, somente alguns materiais, quase todos descontextualizados, permitiam admitir essa ocupação, evidenciando que entre o final da república e a época flávia o local tinha permanecido ocupado. Em anos recentes, foi possível escavar contextos bem conservados que se podem associar à dinastia Júlio-Cláudia, contextos esses que forneceram artefactos cerâmicos, vítreos e metálicos que puderam ser analisados em conjunto, possibilitando uma leitura mais correcta e integrada da referida ocupação em termos cronológicos e culturais. Esta ocupação está associada a um edifício, que, construído na época republicana, foi ocupado até ao reinado dos Flávios.

Palavras Chave: Algarve romano; cerâmica romana; vidros romanos; arqueologia romana.

Summary: Until recently, the occupation of the 1st half of the 1st century at Monte Molião was very poorly known. In fact, only a few materials, almost all out of context, allowed this occupation to be considered, showing that between the end of the republic and the Flavian era the site had remained occupied. In recent years, it has been possible to excavate well-preserved contexts that can be associated with the Julio-Claudian dynasty, which provided ceramic vessels, glass and metallic artifacts that could be analyzed together, thus enabling a more correct and integrated reading of the referred occupation in a chronological and cultural perspective. This occupation is associated with a building, which, built in the republican era, was occupied until the reign of the Flavians.

Key Words: Roman Algarve; Roman Pottery; Roman Glass; Roman Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

Os resultados das intervenções arqueológicas que, desde 2006, desenvolvemos em Monte Molião (Lagos, Algarve) (Sousa *et alii*: Fig. 1, neste volume) têm vindo a ser publicados com regularidade, sendo já extensa a lista bibliográfica que se lhes refere (entre outros: Arruda 2007; Sousa e Arruda 2014; Arruda e Pereira 2017; Arruda e Viegas 2016; Pereira e Arruda 2016; Arruda e Dias 2018; Sousa e Arruda 2018; Gomes *et alii* 2019; Pereira *et alii* 2019).

Nesses trabalhos, a situação de referência do sítio, concretamente localização, implantação, dimensão das áreas escavadas, estruturas identificadas, sequências estratigráficas e cronologia da ocupação foram devidamente tratadas, pelo que nos dispensamos de as voltar a apresentar aqui. Parece imprescindível recordar, contudo, que o sítio do litoral algarvio esteve ocupado entre a segunda metade do século IV a. C. e o final do século II, mas os vestígios dessa longa diacronia foram diversamente caracterizados do ponto de vista da



Figura 1. Planta de síntese das estruturas escavadas no Sector A de Monte Molião, com indicação dos números dos compartimentos. A negro, o edifício analisado. A cinzento, o compartimento 16.

cultura material e também no que respeita às estruturas construídas. Se conhecemos relativamente bem as fases republicanas, flávia e antonina, as que remontam à primeira metade do século I foram mais difíceis de detectar. Para esta situação contribuiu o facto de os sectores B e C, mais expostos aos efeitos da erosão, não terem oferecido níveis arqueológicos correspondentes, estando, respectivamente, os da Idade do Ferro e da época republicana imediatamente à superfície.

Por outro lado, no Sector A, só nas últimas campanhas foi possível a escavação em profundidade, tendo-se até há pouco tempo investido nos estratos flávios e an-

toninos, que se sobrepunham aos júlio-cláudios. Apesar de já existir algum espólio que apontava para uma cronologia da primeira metade do século I, como era o caso das ânforas (Arruda e Viegas 2016: 449), das lucernas (Pereira e Arruda 2016: 162) e dos vasos de *terra sigillata* itálica (Arruda e Dias 2018: 168-169) que documentavam a ocupação do sítio durante esse período, a análise esteve sempre limitada, porque estes materiais eram sistematicamente recolhidos em níveis de aterro, em situação pós-deposicional.

A escavação da cisterna, em 2014, construída em época romana-republicana no topo da colina forne-

ceu dados sobre a utilização desta estrutura pública de aprovisionamento de água, tendo ficado provado que foi desactivada justamente no momento que aqui tratamos, como os materiais da Fase IV, relativamente homogêneos, deixaram perceber (Gomes *et alii* 2019: 256-264). Apesar da relevância deste contexto sobre a utilização dos recursos hídricos, não se tratava de um nível de ocupação, mas sim de abandono. Todavia, os materiais deste contexto, e de outros de revolvimento e/ou de aterro, trouxeram mais argumentos para defender a continuidade da ocupação em período alto-imperial.

2. O COMPARTIMENTO 16 DO SECTOR A: ENQUADRAMENTO ESPACIAL E ESTRATIGRÁFICO

Foi durante os trabalhos de 2018 e 2019 que houve, por fim, a oportunidade de identificar e escavar um contexto de ocupação romano datado da primeira metade do século I, que ofereceu um abundante e bem conservado conjunto de cerâmicas e de vidros recuperados em associação.

O contexto mencionado foi identificado no Compartimento 16 do Sector A (Fig. 1), que fez parte integrante de um edifício de consideradas dimensões, construído em época romana-republicana, mas que foi sendo alterado/adaptado durante um longo período de tempo. Por isso mesmo a arquitectura e os contextos que melhor se conservaram são das fases mais recentes (flávia e flávia/antonina), o que não impediu, contudo, o excelente estado de conservação dos mais antigos.

Refira-se ainda que a planta do edifício não está totalmente definida, uma vez que foi truncado na década de 80 do século passado pela construção da estrada que dá acesso à urbanização do Molíão. Porém, o que se conserva evidencia uma planta geral quadrangular com cerca de 26 x 26 m, o que perfaz uma área total de 676 m². Está limitado por paredes de espessura considerável (1 - 0,80 m) e dividido em várias células (12 no total) de dimensão variável, divisão conseguida pela construção de muros menos espessos (0,50 m). A circulação interior era conseguida através de aberturas (portas), com vãos que em média possuem 80 cm (Arruda *et alii* 2020).

A construção primitiva está datada de época republicana, mas o edifício esteve em utilização até, pelo menos, ao final da época flávia. As remodelações e as reconstruções, durante as dinastias Júlio-Cláudia, primeiro, e Flávia, depois, comprovam esse uso prolongado, sendo

claro que elas não foram uniformes na sua forma. Assim, se por vezes se observa apenas o alteamento das paredes pré-existentes (Compartimentos 11, 14 e 16), outros casos houve em que estas foram integralmente demolidas, dando lugar a uma total transformação dos espaços anteriores, agora irrecuperáveis, situação observada nos compartimentos 5 e 6, que serviu para construção das estruturas negativas construídas no primeiro (*cetariae*) em meados do século I. Outra realidade diz respeito à obturação, em momento imperial, de portas e de sedimentos republicanos, através do levantamento de muros, concretamente dos que separam os compartimentos 11 do 10 e o 14 dos 12 e 13 (Arruda *et alii* 2020).

Da mesma forma, a estratigrafia horizontal e vertical corrobora quer a prolongada utilização do edifício quer as frequentes remodelações/reconstruções que decorreram durante a sua utilização. Com efeito, nem a planimetria nem, seguramente, a fisionomia da edificação foi a mesma em toda a cronologia da ocupação. Os dados obtidos até ao momento permitem atestar que o edifício primitivo possuía espessas paredes de alvenaria, sendo rectangular, eventualmente composto por três espaços.

Em determinado momento que não podemos ainda precisar, possivelmente no final do século I a. C. ou no início da centúria seguinte, o edifício foi alvo de profundas remodelações que alteraram a sua planta e também as suas fachadas. Terá sido com esta obra que ganhou a aparência geral que se conservou até ao final de época flávia. Além de os espaços internos terem sido subdivididos, à fachada Sudeste foram acrescentados outros, que ampliaram consideravelmente a área habitada.

O compartimento 16, que aqui tratamos, corresponde justamente a um desses espaços que foram agregados ao edifício primitivo. Não é ainda possível determinar o momento da sua construção, mas os dados obtidos nas últimas campanhas permitiram detectar níveis datáveis de Tibério/Cláudio, altura em que estes espaços foram novamente remodelados, sobrepondo-se-lhes a fase flávia. Desde o início da sua construção, este espaço esteve subdividido por um muro com vão ao centro, que espelha dois momentos claramente distintos de construção/utilização (Fig. 2), que por sua vez são coincidentes com a estratigrafia do enchimento do espaço (Fig. 3).

As unidades [390], no compartimento 16A, e [392], no compartimento 16B, são justamente as que separavam a fase júlio-cláudia da flávia, correspondendo a estratos de aterro que amortizaram o pavimento



Figura 2. Fotografia do estrato [402] no compartimento 16A, correspondente ao solo de ocupação/utilização, onde são visíveis dois momentos (separados por uma linha) de construção das paredes, equivalentes às fases mencionadas. O alçado, à direita, corresponde a uma construção romana-republicana.

que serviu de piso (UE [397]), sendo sobre estas que se observaram os níveis de utilização mais tardios, flávios. Sob aqueles estratos pudemos encontrar uma sucessão de pavimentos e reparações de pavimentos que considerámos vestígios das últimas ocupações júlio-cláudias.

Neste trabalho, consideraremos apenas os materiais que foram recolhidos nos estratos desta ocupação (UE.s [390], [392], [397], [400], [401], [402] e [405]), ainda que pontualmente façamos referência a outros da fase seguinte. Deste espaço foram processados, até ao momento, um total de 465 artefactos (ânforas, cerâmica de mesa, cerâmica comum, vidros, artefactos metálicos, numismas, artefactos de osso), permanecendo por tratar a cerâmica comum, motivo pelo qual não se inclui neste estudo. Daquele conjunto, 206 peças foram recuperadas nos níveis júlio-cláudios.

3. OS MATERIAIS

3. 1. A *terra sigillata*

As cerâmicas de mesa incluem vasos de *terra sigillata* - 47 NFR (29 NMI) e de paredes finas - 62 NFR (38 NMI). Nas primeiras dominam as de tipo itálico

(24 fragmentos), maioritárias nas U.E.s [397], [400] e [402] (17 fragmentos), que correspondem às ocupações Tibério-Cláudias, sendo menos significativos em termos numéricos (sete fragmentos) na UE [390]. Como dissemos anteriormente, este estrato equivale a um aterro que amortizou o último pavimento desta cronologia, separando as ocupações júlio-cláudias das de época flávia. A situação inverte-se no que diz respeito à TSSG (16 NFR), mais abundante na última UE e insignificante nas primeiras três (12 fragmentos *versus* quatro presentes apenas no pavimento mais recente da fase júlio-cláudia). A hispânica de tipo itálico fabricada no complexo produtivo de Peñaflor distribui-se quase equitativamente pelos dois horizontes, com cinco e três fragmentos respectivamente.

O tipo *Conspectus* 1 (variante 1.1.) está representado por um prato (Fig. 4, nº 1) encontrado na UE [397], forma que estava já representada no sítio através de três exemplares recolhidos em níveis de aterro (Arruda e Dias 2018). Recorde-se que se trata de uma forma relativamente antiga dentro das produções itálicas, cuja cronologia está balizada entre 40 e 15 a. C. (Ettliger *et alii* 1990: 52). A raridade da sua representação em Portugal é considerável, quer no que se refere ao número de

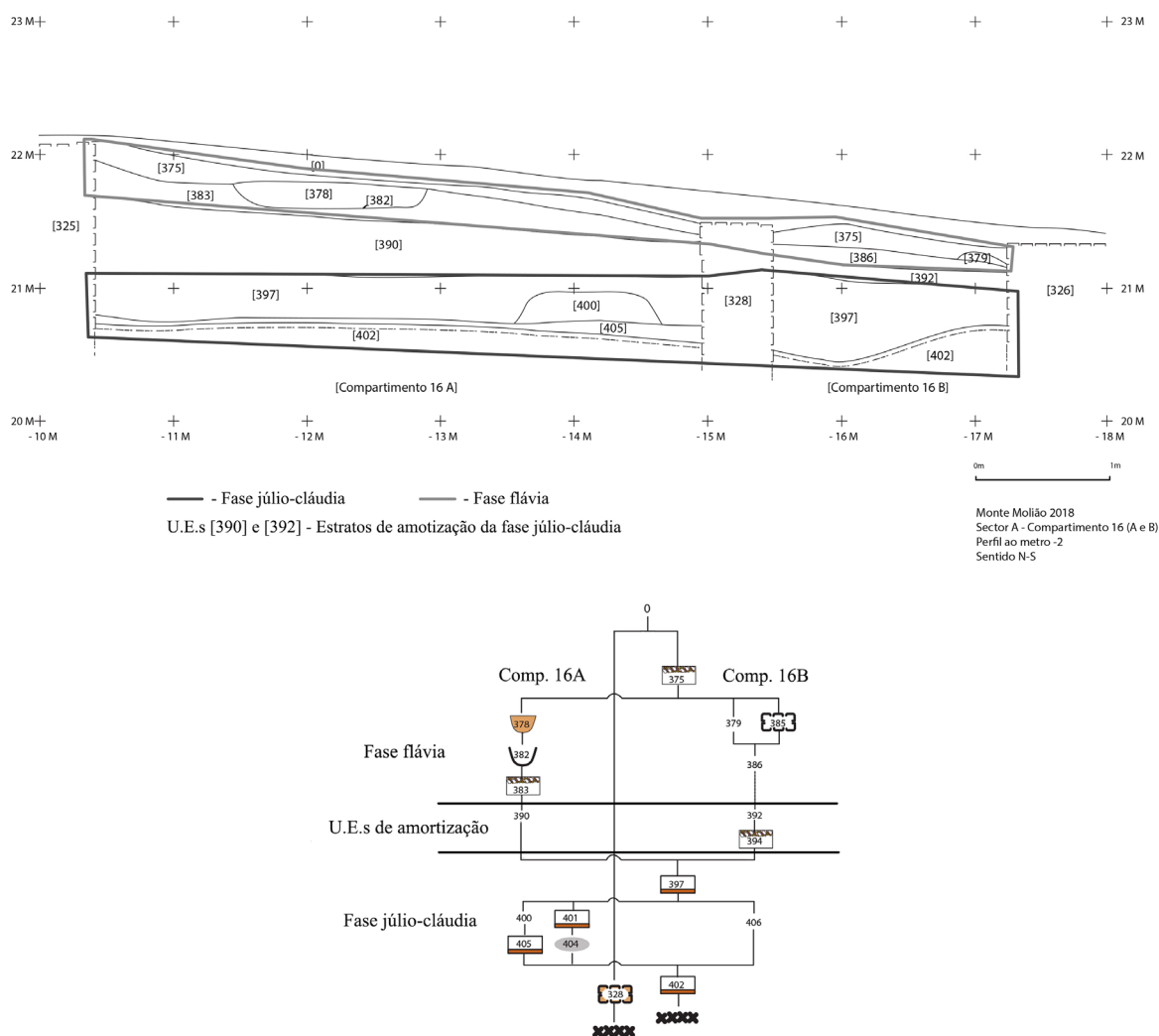


Figura 3. Perfil estratigráfico e matriz do compartimento 16, com indicação dos níveis das fases identificadas e estratos de amortização.

peças, quer no que diz respeito aos sítios, havendo a registar no Algarve um único exemplar em Castro Marim (Viegas 2011: 438-440, Estampa 82, nº 1013), valor que iguala o do Castelo da Lousa (Carvalho e Morais 2010) e o de Lisboa (Sepúlveda e Amaro 2007: fig. 8, nº 3). As exceções são Santarém (Viegas 2003: 44; 47), com oito exemplares, e Alcácer do Sal (Sepúlveda *et alii* 2000; Viegas 2014: fig. 2 e 3), que ofereceu nove, o que poderá justificar-se pela abundância de *terra sigillata* itálica nestes dois sítios.

Três fragmentos de pratos itálicos cabem no tipo *Conspetus* 4 (Fig. 4, nº 2 e 3), recolhidos nas UEs [397] e [390], juntando-se aos 11 já conhecidos (Arruda e Dias 2018: 162). Os pratos desta forma (variante 4.4), que alcançam a primeira década do século I, são comuns entre as importações de *terra sigillata* itálica para o extremo Ocidente, estando documentados, ainda que

em número reduzido, em Faro, *Balsa* e Castro Marim, no Algarve (Viegas 2011: 133, 292 e 440), mas também no Castelo da Lousa (Carvalho e Morais 2010: 139, Estampa III, nº 2-5) e em Miróbriga, Chãos Salgados (Quaresma 2012: 81). Em Santarém (Viegas 2003: 48), Alcácer do Sal (Viegas 2014: Fig. 2 e 3) e Lisboa (Bolila 2011: 45) são mais abundantes.

Dois fundos de prato pertencem ao tipo *Conspetus* 11, um dos quais (Fig. 4, nº 4) apresenta a marca radial L. TETTI / SAMIA (OCK 2109.5), em cartucho rectangular, com nexos A-M, desenvolvendo-se em duas linhas, da qual subsistem duas impressões no fundo interno. Este oleiro aretino (*Lucius Tettius Samia*), que laborou entre 20 a. C. e 5 d. C., está documentado em vários sítios peninsulares, sendo mais raro no actual território português, onde, apesar de tudo, está representado nas cidades litorais, como Santarém (Viegas

2003) e Alcácer do Sal (Diogo 1980), mas também nos *castella* do interior, como é o caso do Manuel Galo (Maia 1974) e do Castelo da Lousa (Carvalho e Morais 2010). Este tipo de prato, que já tinha sido identificado no sítio (Arruda e Dias 2018), foi datado do reinado de Augusto, mais exactamente do início do século I (Ettlinger *et alii* 1990: 70). A forma é rara em Portugal, devendo mencionar-se o exemplar de *Balsa* (Viegas 2011: 291), o de Lisboa (Bolila 2011: 47), o de Alcácer do Sal (Viegas 2014: Fig. 2 e 3) e os cinco do Castelo da Lousa (Carvalho e Morais 2010: 139, Estampa III, nº 8-12).

A predominância da forma *Conspectus* 12 no conjunto da *terra sigillata* de Monte Molião foi já notada (Arruda e Dias 2018), quando se contabilizava um total de 28 exemplares. Os níveis agora estudados ofereceram mais três (Fig. 4, nº 5). A sua cronologia tem vindo a ser colocada na última década do século I a. C., podendo prolongar-se até aos primeiros anos da nossa Era. A forma é conhecida no Algarve em reduzidas quantidades, com exemplares em Faro, em *Balsa* e em Castro Marim, contabilizando-se dois, três e um fragmento, respectivamente (Viegas 2011). Também em Miróbriga, Chãos Salgados, a sua presença é insignificante – duas peças (Quaresma 2012: 81), o que neste caso não é surpreendente, dada a limitada presença de *terra sigillata* itálica. No restante actual território português este tipo de prato é, apesar de tudo, mais comum, sendo uma das formas abundantes no Castelo da Lousa (Carvalho e Morais 2010: 139, Estampa V), em Conímbriga (Delgado *et alii* 1975: 13), em Santarém (Viegas 2003: 51-52), em Alcácer do Sal (Viegas 2014: Fig. 2 e 3), em Braga (Morais 2005: 264) e em Lisboa – Praça da Figueira e Termas dos Cássios (Bolila 2011: 48; Silva 2012: 232).

A forma *Conspectus* 18 contempla pratos de fundo plano e bordo vertical côncavo (Ettlinger *et alii* 1990: 82). A variante 18.2 (Fig. 4, nº 6) distingue-se pela molduração externa e pela partição da parede interna (Ettlinger *et alii* 1990: 82). Estas produções datam da última década antes da viragem da Era, evoluindo gradualmente para a forma *Conspectus* 20, mais simples, perdendo a repartição interna da parede. No Algarve, estes pratos são abundantes em Faro, em Castro Marim e em *Balsa* (Viegas 2011: 132, 293, 439). No litoral ocidental, documentam-se em Alcácer do Sal (Viegas 2014), em Lisboa (Bolila 2011: 49; Silva 2012; Bugalhão *et alii* 2013: 261; Santos 2015: 31) e em Santarém (Viegas 2003: 57 e 58).

As taças de *terra sigillata* itálica estão presentes através da forma *Consp.* 7 (Fig. 4, nº 7), tipo que é datável do principado de Augusto e que é raro no Algarve, estando, contudo, registado em Castro Marim (Viegas 2011: 438). No restante ocidente hispânico, estas taças também não são abundantes, apesar da sua presença estar documentada em Alcácer do Sal (Viegas 2014: Fig. 3), Lisboa (Bolila 2011: 46), Santarém (Viegas 2003: 50) e Mesas do Castelinho (Viegas 2019).

O tipo *Conspectus* 13 era desconhecido em Monte Molião, tendo-se registado neste contexto apenas um fragmento de bordo (Fig. 4, nº 8). A forma é rara no Algarve, estando registada em Castro Marim (Viegas 2011: 439), Mesas do Castelinho (Viegas 2019: 101) e Castelo da Lousa (Carvalho e Morais 2010: 139).

As *Conspectus* 22 contam com dois exemplares, dos quais se destaca um de perfil completo (variante 22.1) que exhibe no fundo interno a marca *SPERATV /P. CORN* (Fig. 4, nº 9) pertencente ao oleiro de Arezzo *Speratus*, um dos escravos de *Publius Cornellius* (OCK 676.2), activo nos primeiros anos do século I. Está impressa em cartuxo rectangular, em duas linhas e tem nexos nos caracteres A-T-V. As oficinas ligadas a *Publius Cornellius*, que *Speratus* representa, foram muito importantes no abastecimento peninsular. Este tipo, que fez parte do serviço II de Haltern, é abundante em Monte Molião, quer nas produções itálicas (Arruda e Dias 2018: 164-165), quer nas produções sudgálicas de “tipo itálico” (Gomes *et alii* 2019: 258). Os exemplares deste contexto somam-se aos 20 já publicados. A forma é igualmente abundante no actual território português, sendo maioritária nos conjuntos de Santarém (Viegas 2003: 63), de Alcácer do Sal (Viegas 2014) e de Lisboa (Bolila 2011: 51), estando presente em quantidades apreciáveis nos núcleos urbanos algarvios, como Faro, *Balsa* e Castro Marim (Viegas 2011: 131, 291, 439).

Duas taças da forma *Conspectus* 23 (variante 2), datada de meados do século I, foram ainda recolhidas (Fig. 4, nº 10). Recorde-se que o tipo era já conhecido no sítio (Arruda e Dias 2018), apesar de nos núcleos urbanos algarvios ser muito rara, estando escassamente representada apenas em *Balsa* (Viegas 2011: 293). Também não é especialmente significativa em Lisboa (Bolila 2011: 52), em *Mirobriga*, Chãos Salgados (Quaresma 2012: 84), em Alcácer do Sal (Viegas 2014: Fig. 3), em Santarém (Viegas 2003: 67) ou mesmo em *Conímbriga* (Delgado *et alii* 1975: 15).

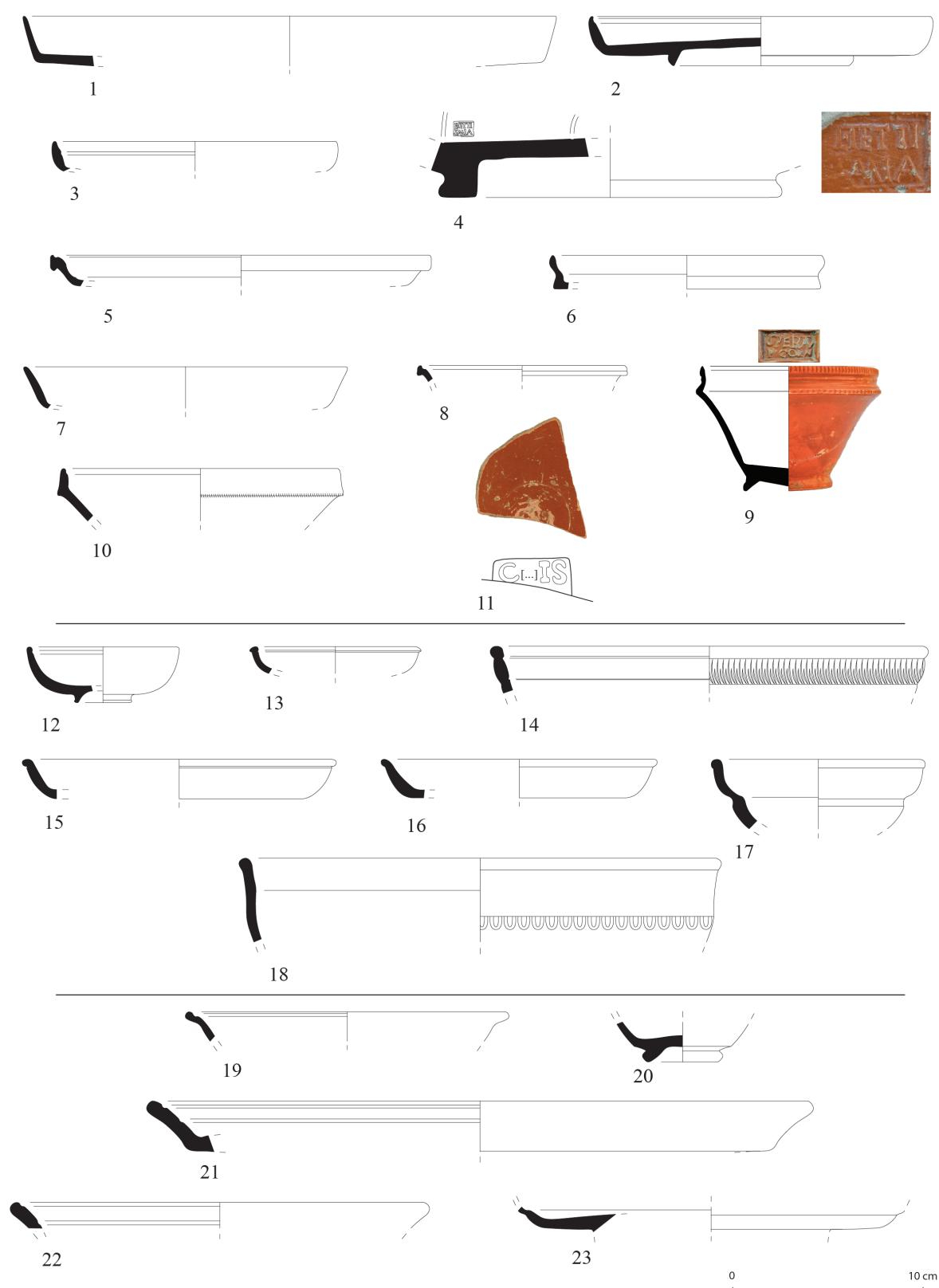


Figura 4. *Terra sigillata* itálica (TSI): nº 1, Consp. 1.1 (30346); nºs 2 e 3, Consp. 4.4 (30347 e 30078); nº 4, Consp. 11 (30090); nº 5, Consp. 12 (30348); nº 6, Consp. 18.2 (30087); nº 7, Consp. 7 (30352); nº 8, Consp. 13 (30349); nº 9, Consp. 22 (30092); nº 10, Consp. 23.2 (30354); nº 11, forma indeterminada (30080). *Terra sigillata* sudgálica (TSSG): nº 12, Ritt. 8 (30357); nº 13, Drag. 27 (30355); nº 14, Drag. 29 (30356); nºs 15 e 16, Drag. 18 (30064 e 30066); nº 17, Drag. 27 (30068); nº 18, Drag. 37 (30067). Imitações hispânicas de *terra sigillata*: nºs 19 e 20, forma I de Martínez (30361 e 30359); nºs 21 a 23, forma II de Martínez (30089, 30070 e 30071).

Entre os fragmentos de *terra sigillata* itálica a que não foi possível atribuir qualquer forma, destaca-se um fundo onde estava impressa, em cartela rectangular, uma marca de oleiro infelizmente incompleta (Fig. 4, nº 11). Apesar disso, é possível atribuir o prato a que pertenceu (possivelmente uma forma *Conspectus* 12) ao oleiro itálico *Crispinus* (OCK 702.16), que laborou entre 10 a. C. e o final da primeira década do século seguinte. A sua representatividade em Portugal é muito restrita, contando com duas presenças, em Lisboa (Silva 2012: 285) e em Alcácer do Sal (Faria *et alii* 1987).

Ainda que em menor número, a *terra sigillata* sudgálica está também presente nestes contextos (16 exemplares num total de 47 NFR). Parece, contudo, imprescindível voltar a insistir na sua raridade na UE [397], onde se recolheram somente quatro fragmentos, que corresponde a um nível primário de ocupação de época Tibério-Cláudia, e na sua fraca expressividade numérica (os restantes 12) na [390], mais tardia, que separa aquelas ocupações mais antigas das de época flávia.

Naquele estrato, destaca-se a forma Ritt. 8 (Fig. 4, nº 12), forma antiga dentro das produções sudgálicas, datada de Tibério e Tibério/Cláudio. A sua presença não se estranha pois surge no Algarve em níveis relacionados com ocupações datadas da primeira metade do século I, como é o caso de Castro Marim (Viegas 2011: 445). Outros sítios ocidentais, quer no interior, como Mesas do Castelhinho (Viegas 2019: 117), quer no litoral, como Lisboa (Silva 2012), registam esta mesma forma. O mesmo pode ser dito para a taça Drag. 27 (Fig. 4, nº 13), assim como para a Drag. 29 (Fig. 4, nº 14), que não conserva a área decorada, ambas com detalhes morfológicos que as aproximam da época de Cláudio.

Na UE [390], que pode ser datada de meados do século I, a TSSG está representada por três pratos Drag. 18 (Fig. 4, nº 15 e 16), pelas taças Drag. 27 (Fig. 4, nº 17) e Drag. 37 (Fig. 4, nº 18), formas comuns no Algarve em cronologias da primeira metade do século I, sobretudo em Castro Marim (Viegas 2011: 449). A produção destes fragmentos em concreto pode ser colocada entre Cláudio e Nero.

As imitações hispânicas de *terra sigillata* foram também encontradas neste contexto (sete NFR). Destacam as imitações de “tipo Peñaflor”, quer nos níveis antigos ([397] e [400]) quer no mais recente ([390]), tendo-se identificado as Formas I (Fig. 4, nº 19 e 20) e II de Martinez (Fig. 4, nº 21 a 23), abundantes no Sul de Portugal (Viegas 2011). A cronologia aceite para este

prato está balizada entre 20 a.n.e. e o final do segundo decénio do século I, centrando-se, sobretudo, nos reinados de Cláudio e Nero.

3. 2. As paredes finas

As paredes finas exumadas nesta fase de ocupação do Compartimento 16 correspondem a 62 fragmentos (38 NMI), pertencentes a grupos de fabrico distintos, estes últimos já devidamente caracterizados num trabalho anterior (Sousa e Arruda 2018: 206-207).

Nos contextos mais antigos da ocupação deste espaço (UEs [397], [400] e [401]) foram contabilizados 29 fragmentos (17 NMI) desta categoria. Destes, seis indivíduos permitem a sua associação às produções itálicas (Grupo de fabrico 2), aproximando-se morfológicamente aos vasos do tipo VIII de Mayet (Fig. 5, nº 1 a 4). Apesar de poderem corresponder a materiais residuais, a sua expressividade no conjunto pode ser um indício de que esta forma ainda foi utilizada durante a primeira metade do século I. Dentro do grupo das possíveis importações itálicas, contam-se dois indivíduos de forma indeterminada (Fig. 5, nº 5). Nestes mesmos contextos, foi recolhido um fragmento de pasta cinzenta (1 NMI), com vestígios de engobe negro na superfície externa (Grupo de fabrico 3a), que se aproxima, tipologicamente, do tipo XXXI de Marabini/Ricci 1/59 (Fig. 5, nº 6), cuja cronologia é compatível com os contextos aqui analisados (Marabini 1973: 100-101).

Mais expressivas são as produções da Bética (Grupo de fabrico 5), com cinco NMI, correspondendo à forma Mayet XXXVII/XXXVIII (Fig. 5, nº 10 e 11), tendo três exemplares conservado a decoração de rede de losangos e um uma linha de pérolas. Recorde-se que a fase inicial destas produções remonta ao reinado de Tibério, apesar da sua difusão ocorrer sobretudo a partir do reinado de Cláudio (Mayet 1975; Remesal Rodríguez 1979; López Mullor 1990).

Em associação a estes materiais, foram recuperados três indivíduos com fabricos atípicos, que podem corresponder a imitações de âmbito local/regional. Um deles (Fig. 5, nº 6) apresenta uma pasta castanha acinzentada, mal depurada e com superfícies rugosas, podendo constituir, pelo seu perfil, uma imitação da forma Mayet XXIV, ainda que sem decoração. Os restantes (Fig. 5, nº 8 e 9), semelhantes ao anterior, mas com tonalidades mais alaranjadas, pertencem a reproduções de taças, que se impõem como forma preferen-

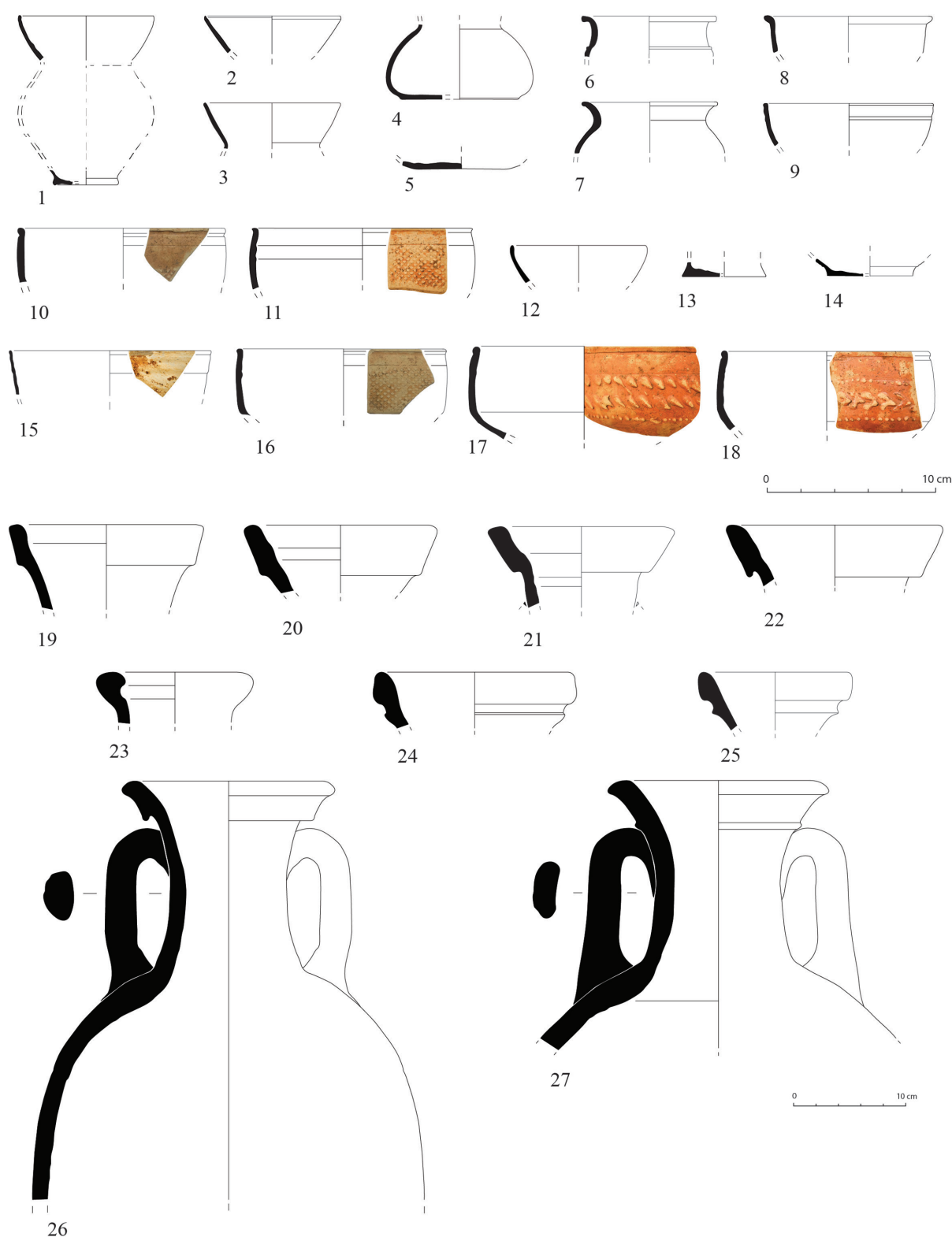


Figura 5. Cerâmica de paredes finas: nºs 1 a 4, Mayet VIII (29669, 29668, 29707 e 29672 respectivamente); nº 5, forma indeterminada (29634); nº 6, Marabini XXXI/Ricci 1/59 (29656); nº 7, imitação de Mayet XXIV (29649); nºs 8 e 9, imitações de forma indeterminada (29652 e 29648); nº 10 e 11, Mayet XXXVII/XXXVIII (29660 e 29600); nºs 12 e 13, Mayet VIII (29617 e 29718); nº 14, forma indeterminada (29703), nº 15, Mayet XXXIV (29624); nºs 16 a 18, Mayet XXXVII/XXXVIII (29670, 29596 e 29599). Ânforas: nºs 19 a 22, Haltern 70 (28172, 28173, 28231 e 28134); nº 23, Dressel 20 (28236); nºs 24 e 25, Classe 67/Ovóide 1 (28133 e 28175); nºs 26 e 27, Dressel 7/11 (28642 e 28641).

cial do repertório de paredes finas a partir, sobretudo, do início do século I.

Destaca-se, no conjunto, uma clara alteração entre este momento mais antigo e a UE [390], que separa a fase júlio-cláudia da flávia. Neste estrato foi recuperado um conjunto de 33 fragmentos (21 NMI), sendo agora a maioria (15 NMI) de origem bética (Grupo de fabrico 5), integrável, uma vez mais, no tipo Mayet XXXVII/XXXVIII (Fig. 5, nº 16 a 18). Nota-se, contudo, uma maior diversidade nas temáticas decorativas, acrescentando-se às redes de losangos as decorações arenosas, mamilos, folhas de água mais ou menos estilizadas e bastonetes, associando-se, por vezes, a estes dois últimos linhas de pérolas. Outro exemplar (1 NMI – Fig. 5, nº 15) integra-se nas produções tipo “casca de ovo” (Grupo de fabrico 4), recorrentes na Península Ibérica (Mayet 1975; López Mullor 1990; Mínguez 1991: 88), correspondendo ao tipo XXXIV de Mayet, cujo início da produção parece coincidir com o início do reinado de Cláudio. Ao contrário do que ocorre no momento precedente, as produções itálicas (Grupo de fabrico 2) são mais escassas (quatro NMI). Destes, três podem enquadrar-se no tipo Mayet VIII (Fig. 5, nº 12 e 13), provavelmente residuais, sendo o restante (Fig. 5, nº 14) de forma indeterminada. Resta ainda referir a presença, neste contexto, de um fragmento de parede de pasta cinzenta (Grupo de fabrico 3B), com decoração a *guilhoché*, mas para o qual não foi possível determinar a morfologia.

2. 3. As ânforas

As ânforas recuperadas neste contexto (62 NFR) são na totalidade oriundas da Bética, tendo sido produzidas quer nas olarias do vale do Guadalquivir, quer nas da baía de Cádiz. Cabem nos tipos Haltern 70, Dressel 7/11, Dressel 20a, e Classe 67, Ovóide 4 e 6 (Arruda *et alii* no prelo). Devemos mencionar que, do conjunto, 12 fragmentos correspondem a material residual (formas Dressel 1 itálicas, Maña C2b e T-8.1.1.2. da Ulterior, Tripolitanas Antigas norte africanas).

As primeiras (Haltern 70) pertencem, maioritariamente à variante B (Fig. 5, nº 21 e 22) de Berni Millet (2011), datada entre Augusto e Calígula, apesar de a variante A estar ainda presente em quantidades diminutas (Fig. 5, nº 19 e 20). Não parece necessário fazer aqui qualquer comentário exaustivo sobre esta forma, que tem sido, nos últimos anos, muito discutida quanto à sua cronologia e conteúdos (Carreras Monfort 2004;

Berni Millet 2011; García Vargas *et alii* 2011). Elencar os sítios que, no território português, contam com a sua presença torna-se também redundante, justamente porque a sua distribuição geográfica foi realizada há pouco tempo (Filipe 2018: 406, Fig. 65).

Alguns fragmentos de bordo com pastas que apontam para uma produção do baixo Guadalquivir foram integradas no tipo Dressel 7/11 (Fig. 5, nº 26 e 27), concretamente no 7 (García Vargas 2001). Foi fabricado nos mesmos ateliers que as Haltern 70, especificamente nos fornos de Torre del Herbero, estando igualmente documentada a sua produção na área das Marismas (Carreras Monfort 2016). Está datada entre Augusto e os Flávios.

As ânforas Dressel 20 recolhidas no Compartimento 16 integram-se na variante A de Berni Millet (2008), com bordos espessados de perfil amendoado externamente e côncavos no interior (Fig. 5, nº 23). Esta variante antiga de Dressel 20 está bem representada no Ocidente peninsular, podendo citar-se, como exemplos, os casos de Santarém (Almeida 2008) e de Lisboa (Filipe 2018), no vale do Tejo, e, para o Algarve, de Castro Marim e de Faro (Viegas 2011).

Os exemplares da Classe 67 (Fig. 5, nº 24 e 25), Ovóide 4 e 6, datados do terceiro e quarto quartéis do século I a.n.e. podem considerar-se residuais ou então correspondem a perdurações, no local, de produtos importados décadas antes.

3. 4. As lucernas

As lucernas recuperadas neste contexto totalizam oito fragmentos, sendo um residual por integrar a série de lucernas tardo-republicanas (Dressel 2). Das restantes, uma é de forma indeterminada e quatro incluem-se na série de volutas: dois da forma Dressel 9-Loeschcke I (não representados); e dois da forma Dressel 11-Loeschcke IV (Fig. 6, nº 3), originárias da província da Bética, exceptuando um fragmento que é originário da capital da Lusitânia (Fig. 6, nº 3). Nos níveis que considerámos da fase Tibério/Cláudia, nota-se um evidente equilíbrio entre as de bico triangular e as de bico redondo, situação que demonstra a convivência destes tipos no segundo quartel do século I (Pereira e Arruda 2016: 162) e contribui para os debates acerca das balizas cronológicas destes tipos (alguns casos: Bisi 1977: 81; Morillo 1999: 71; Bussière 2000: 72-74).

Além destas, uma lucerna integra o tipo Dressel 12-Loeschcke III (Fig. 6, nº 1), com uma palmeta sobre

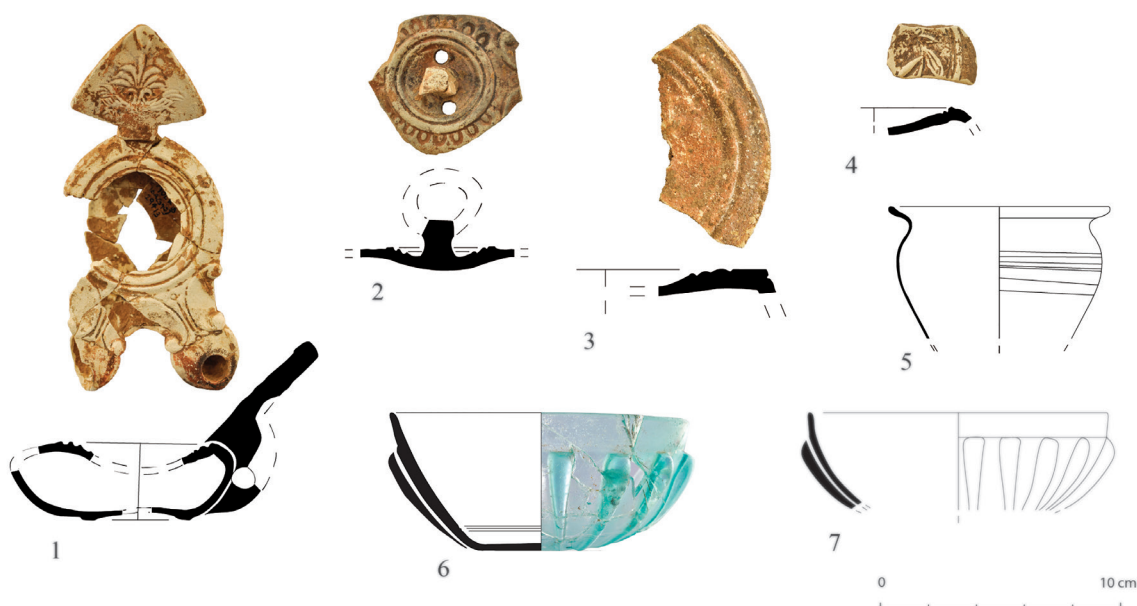


Figura 6. Lucernas: nº 1, Dressel 12-Loeschcke III (29713); nº 2, lucerna *bilychnis* (29709); nº 3, Dressel 11-Leschcke IV (29714); nº 4, forma indeterminada (29712). Vidros: nº 5, Isings 94 (29726); nºs 6 e 7, Isings 3 (29719 e 29732).

folhas de acanto no reflector, frequente em contextos de meados e segunda metade do século I, também no Algarve (Pereira 2012: 138-140). A mesma cronologia pode ser intuída para a lucerna *bilychnis* (Fig. 6, nº 2), que conserva a asa de suspensão no centro do disco. Estas são, porém, provenientes da UE [390], cuja cronologia, como já se comentou antes, é compatível com a que se atribui às formas em questão.

3. 5. Os vidros

O conjunto inclui um total de sete fragmentos, três deles provenientes do estrato [390], que mostram uma considerável variedade morfológica, que, contudo, não reflecte diversidade funcional, uma vez que a maioria integra a categoria das taças ou tigelas. O tipo Is. 3 (1957: 17-21) é o mais abundante (Fig. 6, nº 6 e 7), com 5 exemplares (dois da U.E. [390]), que obteve êxito nos mercados peninsulares durante a primeira metade do século I d.C., sobretudo no litoral e também no Algarve (Pereira *et alii* 2015: 29), permanecendo em circulação durante a segunda metade dessa centúria. Além destes, foram identificados dois fragmentos que cumpriram outras funções, concretamente um unguentário Is. 28, datado da primeira metade do mesmo século e recolhido no estrato [397], e um boião Is. 94 (Fig. 6, nº 5), com fios brancos aplicados, proveniente da UE [390], mais tardia.

3. 6. Outros artefactos

Conquanto estes materiais sejam os que fornecem dados mais concretos, outros estavam-lhe associados, como é o caso das moedas, dos artefactos metálicos e de osso. Antes, porém, deve referir-se a recolha, na UE [390], de um fragmento de jarro de pasta caulínica de tipo Kaol F1 (Meffre e Raynaud 1993: 497), originário das *officinae* do vale do Ródano. Esta categoria cerâmica não estava ainda documentada em Monte Molião em momento anterior à dinastia flávia (Pereira *et alii* 2019: 137), sendo agora possível admitir que o início da sua importação pode datar da primeira metade do século I, o que não surpreende, uma vez que o seu fabrico se iniciou em momento indeterminado da viragem da Era (Batigne e Desbat 1996: 384). Por outro lado, as relações entre o sítio algarvio e os centros produtores gauleses, sobretudo os da *Narbonensis*, foram intensas a partir de meados da primeira metade do século I, como é evidenciado pela *terra sigillata* sudgálica (Arruda *et alii* 2008: 180-181).

Os quatro numismas encontrados nos níveis da primeira metade do século I deste espaço correspondem a perdas individuais. Dois são de chumbo, com pesos que variam entre 5, 4 e 6, 4 gr, tratando-se de quadrantes emitidos em *Cilpes* e que se somam aos que com esta legenda já haviam sido identificados no sítio (Mucioli

2015: 37-41). Sendo estas emissões consideravelmente anteriores ao contexto que aqui se trata, tudo indica que correspondam a materiais residuais.

As moedas de cobre/bronze estão representadas por um Dupôndio “tuneado” de Tibério (RPC I, 73), com um peso de 21,50 gr, emitido em *Colonia Romula* (Sevilha), entre 14 e 19 d. C., e um As de Cláudio (RIC I, 113), com peso de 10, 15 gr, de provável emissão em Roma, tendo no reverso a *Liberalitas* de pé, voltada para a direita. Embora mais tardia, esta emissão deverá corresponder a uma das primeiras realizadas durante o seu reinado, motivo pelo qual se tem considerado dos anos 41-42 d. C.

Além das moedas, sete artefactos metálicos integram o conjunto. Dois devem incluir-se na categoria dos complementos de cingética, concretamente duas pontas de lança de ferro, correspondendo o outro uma plaina raspadeira, também de ferro. Três artefactos de cobre/bronze integram a baixela metálica (elemento de suporte) e os elementos de adorno pessoal (um alfinete e um bracelete). Deve mencionar-se ainda a recolha de uma fíbula de tipo Nauheim nestes níveis, que foi tratada com mais detalhe em outro trabalho (Arruda *et alii* 2020).

4. DISCUSSÃO

O contexto estudado neste trabalho merece ainda ser discutido, uma vez que documenta um momento de ocupação inédito no sítio, com excepção das unidades estratigráficas correspondentes à última utilização da cisterna (Gomes *et alii* 2019: 271-273), que já acusavam a existência de uma fase júlio-cláudia em Monte Molião. Por outro lado, os níveis desta ocupação estão particularmente bem conservados, apresentando os materiais neles recolhidos uma notável coerência, para além de documentarem uma evolução lida numa nítida sequência estratigráfica.

Como já foi devidamente esclarecido nas páginas anteriores, as UEs [392], [397], [400], [401], [402] e [405] correspondem a um contexto que pode ser datado dos reinados de Tibério e Cláudio. Esta cronologia tem também em consideração a subsistência de materiais augustanos em momentos posteriores, de Tibério e de Cláudio/Nero, realidade que foi igualmente documentada em Lisboa, por exemplo em Alfama (Rua dos Remédios e Rua da Regueira) e na Praça da Figueira (Silva 2012). Nestes contextos *olisiponenses* foram verificadas

as mesmas associações de materiais que identificámos em Monte Molião, admitindo-se que a sua formação não recuou para trás de Tibério (Silva 2012).

Também em Monte Molião parece ser essa a realidade, devendo destacar-se a primazia da cerâmica de paredes finas e de *sigillata* itálica no que diz respeito à cerâmica de mesa, mas também a presença de produções gálicas (de la Graufesenque) e imitações hispânicas, de “tipo Peñaflor”. Apesar disso, a Bética constituiu-se como área exportadora por excelência, demonstrado pela análise das paredes finas, das lucernas, das ânforas, mas também da cerâmica comum, não estudada neste trabalho, tal como aliás se verificou igualmente na cidade do Tejo (Silva 2012).

Para além dos conjuntos cerâmicos e vítreos recuperados em associação directa num contexto primário de ocupação, deve valorizar-se igualmente para a definição cronológica o numisma encontrado nos níveis mais profundos, o dupôndio de Tibério, emitido em *Colonia Romula* entre 14 e 19 (RPC I, 73) e o As de Cláudio (RIC I, 113), emitido em Roma nos primeiros anos do seu reinado.

Os sedimentos da UE [390], que “selava” esse contexto, embalavam materiais que podem ser datados da primeira década da segunda metade do século I, sendo a *terra sigillata* itálica apenas residual e a TSSG maioritária, com formas claramente pré-flávias.

A importância dos materiais agora publicados, que assenta sobretudo na sua associação contextual praticamente inédita para o Algarve nestas cronologias, é evidente, ficando demonstrada a relevância dos territórios ocidentais no processo de expansão e integração da Hispânia no mundo provincial romano.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, R. 2008: *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*, Barcelona.
- Arruda, A. M. 2007: *Laccobriga: A ocupação romana da Baía de Lagos*, Lagos.
- Arruda, A. M. e Dias, I. 2018: “A *terra sigillata* itálica de Monte Molião, Lagos, Portugal”, *Portugália* 39, 159-178.
- Arruda, A. M. e Pereira, A. 2017: “A cerâmica de cozinha Africana de Monte Molião (Lagos, Portugal) e o seu enquadramento regional”, *Onoba* 5, 21-43.
- Arruda, A. M., Pereira, C., Sousa, E. e Varandas, D. 2020: “Artefactos metálicos do Monte Molião (Lagos, Portugal): os ele-

- mentos de indumentária de época romana”, *Saguntum* 52, 117-133.
- Arruda, A. M., Pereira, C., Sousa, E. e Dias, Í. no prelo: “Importações béticas no Sul da Lusitânia: leituras a partir de um centro de consumo (Monte Molilão, Lagos, Portugal)”, em *Ex Baetica Amphorae II, Viente años después*.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Bargão, P. e Lourenço, P. 2008: “Monte Molilão (Lagos): resultados de um projecto em curso”, *Xelb* 8 (I), 137-168.
- Arruda, A. M., Sousa, E. e Pereira, C. 2020: “As estruturas domésticas de época romana em Monte Molilão (Lagos, Portugal)”, A. Pizzo (ed.): *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana*, Mytra 6, Mérida, 183-194.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. 2016: “As ânforas alto-imperiais de Monte Molilão”, R. Járrega e P. Berni (eds.): *Amphorae ex hispania: paisajes de producción y consumo*, Tarragona, 446-463.
- Batigne, C. e Desbat, A. 1996: “un type particulier de “cruche”: les bouilloires en céramique d’époque romaine (I^{er} – III^e siècles)”, en *SFECAG. Actes du Congrès de Dijon*, Marseille, 381-394.
- Bolila, C. 2011: *A Terra Sigillata de tipo itálico da Praça da Figueira (Lisboa)*, Dissertação do grau de mestre, Universidade Nova de Lisboa.
- Berni Millet, P. 2008: *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*, Barcelona.
- Berni Millet, P. 2011: “Tipología de la Haltern 70 bética”, en C. Carreras Monfort, R. Morais e E. González Fernández (coords.): *Ánforas romanas de Lugo. Comercio romano en el Finis terrae*, Lugo, 80-107.
- Bisi, A. 1977: “Le lucerne fittili dei nuovi scavi di Ercolano. L’Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima età imperiale”, *Quaderni di Cultura Materiale* 1, 73-104.
- Bugalhão, J.; Arruda, A. M.; Sousa, E. e Duarte, C. 2013: “Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16, 243-275.
- Bussière, J. 2000: *Lampes antiques d’Algerie*, Monographies Instrumentum 16, Montagnac.
- Carreras Monfort, C. 2004: “Geografía de la producción de les Haltern 70”, *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*, Girona, 75-81.
- Carreras Monfort, C. 2016: “Dressel 7-11 (Guadalquivir Valley)”, *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-7-11-guadalquivir-valley>). Consultado a 18-05-2020.
- Carvalho, P. e Morais, R. 2010: “Terra Sigillata de tipo itálico”, en J. de Alarcão, P. Carvalho e A. Gonçalves (coords.): *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*, Mérida, 139-151.
- Delgado, M., Mayet, F. e Alarcão, A. M. 1975: “Les sigillés”, en J. Alarcão, R. Étienne (dirs.): *Fouilles de Conimbriga IV*, Paris.
- Diogo, A. D. 1980: *Cerâmica romana de Alcácer – I*, Lisboa.
- Ettlinger, E., Hedinger, B., Hoffmann, B., Kenrick, P., Pucci, G., Rothrubi, K., Schneider, G., Schnurbein, S. V., Wells, C. M. e Zabehlicky-Scheffenecker, S. 1990: *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn.
- Faria, J. C., Ferreira, M. e Diogo, A. D. 1987: “Marcas da terra sigillata de Alcácer do Sal”, *Conimbriga* 26, 61-76.
- Fernández García, M^a. I. 2011-2012: “Centros productores de vajilla fina de mesa de origen bético”, *Salduie* 11-12, 205-217.
- Filipe, V. 2018: *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*, Dissertação de Doutoramento Inédita, Universidade de Lisboa.
- García Vargas, E. 2001: “La producción de ánforas “romanas” en el sur de Hispania. República y Alto Imperio”, en *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*, Écija, 57-174.
- García Vargas, E., Almeida, R. e González Cesteros, H. 2011: “Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización”, *Spal* 20, 185-283.
- Gomes, F., Pereira, C. e Arruda, A. M. 2019: “A cisterna de Monte Molilão (Lagos, Portugal)”, *Spal* 28.2, 235-278.
- Isings, C. 1957: *Roman Glass from dated Finds*, Jacarta.
- López Mullor, A. 1990: *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*, Quaderns Científics i Tècnics 2, Barcelona.
- Maia, M. 1974: “Fortaleza Romana do Monte Manuel Galo (Mértola)”, en *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. 1, Porto, 325-333.
- Marabini, M.T. 1973: *The Roman Thin Walled Pottery from Cosa (1948-1954)*, Memoirs of the American Academy at Rome XXXII, Roma.
- Mayet, F. 1975: *La céramique a parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Bordeaux-Paris.
- Mayet, F. 1984: *Les Céramiques Sigillés Hispaniques. Contribution à l’Histoire Économique de la Péninsule Ibérique sous l’Empire Romain*, Paris.
- Meffre, J. C. e Raynaud, C. 1993: “Céramique commune kaolinitique” *Lattara* 6, 488-499.
- Mínguez, J. A. (1991): *La cerámica de paredes finas: generalidades*, Zaragoza.
- Morais, R. 2005: *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. Bracara Augusta*, Escavações arqueológicas 2, Braga.
- Morillo Cerdán, A. 1999: *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*, Monographies Instrumentum 8/2, Montagnac.

- Muccioli, G. 2015: *L' Insieme di Monete di Monte Molião*, Tese apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Ock - Oxé, A., Comfort, H. e Kenrick, P. 2000: *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of Italian sigillata*, 2nd edition completely revised and enlarged, Antiquitas 3, 41, Bonn.
- Pereira, C. 2012: "Lucernas romanas de Osso noba (Faro, Portugal). Um contexto ambíguo", *Habis* 43, 119-147.
- Pereira, C. e Arruda, A. M. 2016: "As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal)", *Spal* 25, 149-181.
- Pereira C., Arruda, A. M. e Silva, R. 2015: "Os vidros romanos do Castelo de Castro Marim", *Onoba* 3, 25-50.
- Pereira C., Arruda, A. M. e Ribeiro, S. 2019: "A cerâmica caulinítica de Monte Molião (Lagos, Portugal)", *Conímbriga* 58, 127-148.
- Pereira, C., Arruda, A. M. e Sousa, E. 2019: "Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Monte Molião (Lagos, Portugal)", *Lucentum* 38, 77-88.
- Quaresma, J. C. 2012: *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*, Estudos e Memórias 4, Lisboa.
- Remesal Rodríguez, J. 1979: *La necrópolis sureste de Baelo*, Excavaciones Arqueológicas en España 104, Madrid.
- Ricci, A. (1985): "Ceramica a pareti sottili", en *Atlante delle forme ceramiche II. Ceramica fina romana nel bacino Mediterraneo (tardo Ellenismo e primo Impero)*, Roma: 231-357.
- Santos, B. 2015: *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*, Dissertação grau de Mestre, Universidade de Lisboa.
- Sepúlveda, E. e Amaro, C. 2007: "Casa dos Bicos 25 anos depois – Marcas de oleiro em terra sigillata", *Al-madan* 2-15 (adenda electrónica), 1-9.
- Sepúlveda, E., Faria, J. C. e Ferreira, M. 2000: "Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal 1: a terra sigillata", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-2, 119-152.
- Silva, R. B. 2012: *As marcas de oleiro na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*, Dissertação grau Doutor, Universidade Nova de Lisboa.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. 2014: "A cerâmica comum romano-república de Monte Molião (Lagos)", *Onoba* 2, 55-91.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. 2018: "A Cerâmica de Paredes Finas de Monte Molião (Lagos, Portugal)", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 44, 201-226.
- Sutherland, C. H. V. 1984: *The Roman Imperial Coinage. Volume 1: From 31 BC to AD 69*, London.
- Viegas, C. 2003: *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*, Trabalhos de Arqueologia 26, Lisboa.
- Viegas, C. 2011: *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Estudos e Memórias 3, Lisboa.
- Viegas, C. 2014: "Terra Sigillata Imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal)", en *Rei Cretariae Romanae Fautorum*, Acta 43, Bonn, 755-764.
- Viegas, C. 2019: "Terra sigillata trade in Mesas do Castelhinho (Almodôvar – Portugal): Pattern of imports and contextual data in Southern Lusitania", *Spal* 28-1, 97-129.